



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

**Ata da 12ª Sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Lagarto,
realizada no dia 31 de março de
2026**

PRESIDENTE: Washington da Cruz

1º SECRETÁRIO: Antônio Carlos

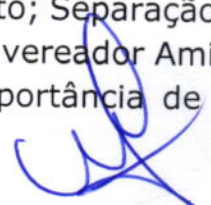
Aos trinta e um (31) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Lagarto, situado nesta cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, sob a Presidência do Vereador Washington da Cruz e secretariada pelo 1º Secretário Vereador Antonio Carlos, foi aberta a 10ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Verificada a presença dos Vereadores: Amilton Fontes, Antônio Carlos, Carlos Eduardo, Carlos José, Fabiana da Costa, Fernando Batista, Gilberto Santana, Jose Anderson, Jose Carlos, José Cosme, Josivaldo Alves, Josivan Rodrigues, Livia Menezes, Marcelo do Nascimento, Manoela Souza e Washington da Cruz estando ausente o Vereador Genisson Fontes. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária.

EXPEDIENTE: O Senhor Presidente colocou em apreciação do Plenário a sugestão para suspensão da leitura da ata da sessão anterior. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a ata foi colocada em votação, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário a leitura das proposições constantes na pauta do dia.

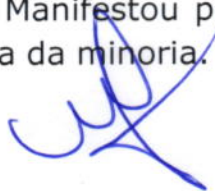
PROJETOS DE LEI; Projeto de Lei nº 15/2026, autor: Vereador Amilton Fraga, Institui o Dia Municipal de Conscientização sobre a Síndrome de Down, a ser celebrado anualmente em 21 de março, com ações educativas, campanhas e incentivo à inclusão social. Projeto de Lei nº 16/2026 altera dispositivos da Lei nº 1.274/2025, que institui a campanha IPTU Premiado, estabelecendo novos critérios de participação, transparência, fiscalização e destinação de prêmios. Projeto de Lei nº 17/2026, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, até o valor de R\$ 25.000.000,00, destinado a investimentos em infraestrutura, equipamentos e veículos. Projeto de Lei nº 18/2026, autoriza a concessão de contribuição financeira ao Lagarto Futebol Clube, no valor de até R\$ 160.000,00, mediante cumprimento das exigências legais. Projeto de Lei nº 19/2026, Autor: Vereador Carlos José. Altera a denominação da Escola Municipal Inglaterra, no povoado Quilombo, que passará a se chamar Escola Municipal Raimundo de Souza Rodrigues. Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2026, Autor: Vereador Josivan Rodrigues, Concede o título de Cidadã Lagartense

à Senhora Verônica Vieira de Oliveira. **REQUERIMENTOS:** Requerimento nº 051/2026, Autora: Vereadora Fabiana da Costa, Moção de congratulação à Senhora Alexandra de Melo Fontes; Requerimento nº 052/2026 Autora: Vereadora Livia Menezes, Moção de congratulação ao Senhor Anderson Dias do Vale, pela divulgação do município. Aprovado. Requerimento nº 053/2026, Autor: Vereador Washington da Cruz, solicita uso da tribuna pelo Prefeito Municipal. Aprovado. Requerimento nº 054/2026, Moção de congratulação ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe pelos 56 anos de atuação. Aprovado por unanimidade. **INDICAÇÃO:** Indicações nº 123, 124 e 130/2026 – De autoria da Vereadora Livia Menezes; Indicação nº 125 e 126/2026 – De autoria do Vereador Antônio Carlos; Indicações nº 127 e 128/2026 – De autoria da Vereadora Fabiana da Costa; Indicações nº 129/2026 – De autoria do Vereador Carlos Eduardo; Indicação nº 131 e 132/2026 – De autoria do Vereador José Carlos. **PEQUENO EXPEDIENTE.** No PEQUENO EXPEDIENTE o vereador Antônio Carlos: destacou problemas na coleta de lixo e necessidade de pavimentação. Livia Menezes: defendeu ampliação da pavimentação urbana e construção de ponto de ônibus. Fernando Moura: cobrou construção de praças nas comunidades Araçá e Quirino. Carlos Eduardo: criticou a logística de distribuição de peixes e cestas, sugerindo entrega domiciliar. Marcelo do Nascimento: reforçou o papel fiscalizador do vereador e demandas da população; Carlos José: convidou para evento no povoado Carcará. **ORDEM DO DIA.** Na ordem do dia o Presidente colocou em discussão o Requerimento de Urgência Especial nº 06/2026 inclui em regime de urgência os Projetos de Lei nº 16, 17 e 18/2026. Durante a discussão, vereadores manifestaram-se contrários à votação em bloco dos projetos, defendendo maior debate e análise individual. Vereador Josivan Rodrigues manifestou-se contrário à votação em bloco, destacando que os projetos tratam de matérias distintas e não deveriam ser analisados conjuntamente. Ressaltou que a prática pode confundir a população e comprometer a transparência. Declarou voto contrário ao requerimento de urgência, defendendo votação individual por projeto. Vereador Amilton Fontes também criticou a votação em bloco, argumentando que os projetos possuem naturezas diferentes e deveriam ser apreciados separadamente, inclusive por comissões distintas. Além disso, questionou o curto prazo de tramitação, informando que o projeto deu entrada na Casa no dia anterior, no período da tarde, o que, segundo ele, inviabiliza análise adequada. Denunciou ainda tratamento desigual no recebimento de matérias legislativas, afirmando que vereadores não conseguem protocolar proposições após determinado horário, enquanto projetos do Executivo são aceitos fora desse limite. Informou que pretende formalizar representação sobre o ocorrido. Vereador Carlos José criticou o descumprimento do Regimento Interno, especialmente quanto ao prazo mínimo de 48 horas para análise das matérias. Destacou que projetos estão sendo colocados em votação sem o devido conhecimento prévio dos parlamentares, o que compromete a função legislativa. Defendeu maior respeito às normas regimentais e ao papel dos vereadores. Vereador Carlos Eduardo reforçou as críticas quanto ao tratamento desigual entre Executivo e Legislativo. Relatou dificuldades enfrentadas por vereadores para protocolar requerimentos fora do prazo estabelecido, enquanto projetos do Executivo são aceitos e colocados em votação com celeridade. Solicitou que o fato fosse registrado em ata, como forma de garantir transparência e isonomia nos procedimentos da Casa. Vereadora Fabiana da Costa

também se posicionou contrária à votação em bloco, ressaltando que os três projetos possuem conteúdos distintos e deveriam ser votados separadamente. Defendeu maior organização do processo legislativo e análise individualizada das matérias. Aprovado por maioria, com três votos contrários. Em seguida a sessão foi suspensa para reunião das comissões. Reaberto os trabalhos foi concedida a palavra ao Prefeito Municipal, Sérgio Reis, que fez uso da tribuna. O Prefeito iniciou sua fala saudando o Presidente da Casa, Washington da Cruz, os membros da mesa diretora, vereadores e vereadoras presentes, destacando também a oposição na pessoa do vereador Josivan Rodrigues. Inicialmente, comentou sobre os cartazes relacionados ao reajuste salarial dos servidores da Casa, afirmando não ser sua atribuição interferir no Legislativo, mas, como aliado, sugeriu que o pleito fosse analisado com sensibilidade, colocando-se à disposição para contribuir tecnicamente. O Prefeito destacou: A importância da união entre Executivo e Legislativo; O papel dos vereadores como elo entre população e gestão; O avanço do município através de obras e ações estruturantes; A valorização do trabalho coletivo para o desenvolvimento de Lagarto. O Prefeito apresentou proposta de financiamento para investimentos em diversas áreas: Construção de novos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) no povoado Jenipapo e no bairro Jardim Campo Novo. Ampliação do alcance social do esporte, com destaque para conquistas recentes de jovens atletas. Construção de centro de reciclagem e galpão cultural (com cursos e incentivo ao empreendedorismo) no bairro Jardim Campo Novo, Projeto de drenagem (em parceria com o Governo do Estado); Urbanização e pavimentação após drenagem. Construção de novas creches no Bairro Santa Terezinha; Continuidade de obras nos bairros Cidade Nova, Pratas e Loiola. Criação da Casa do Autista, considerada pelo Prefeito como obra histórica. No povoado Colônia 13 anunciou ações como a construção do Mercado Municipal; Reforma e cobertura da quadra; Criação de espaço para: Artes marciais; Balé; Atividades esportivas. Também falou sobre a construção de galpão cultural; Escola de Música e Filarmônica; Criação de: Parque ambiental (em parceria com a universidade); Praça no povoado Fuzuê; Reforma da Praça Santa Luzia; Praça com inclusão para crianças autista. O Prefeito detalhou a dívida herdada de aproximadamente R\$ 220 milhões com INSS; Pagamento mensal estimado de até R\$ 2 milhões; Necessidade de ajuste fiscal para alcançar Capag B; Recuperação da CND (Certidão Negativa de Débitos); Perda anterior de cerca de R\$ 60 milhões em recursos por falta da certidão. O Prefeito afirmou: Redução do IPTU para mais de 20 mil residências; Ampliação de isenção para 8 mil famílias; Reclamações concentradas em imóveis de maior valor; Defesa de justiça fiscal. O vereador Carlos Eduardo sugeriu melhor estrutura da quadra da Colônia 13 (arquibancada); Investimento no campo de futebol (iluminação e drenagem); Implantação de equoterapia na Colônia 13; Organização da distribuição de peixes para evitar aglomeração e declarou voto favorável ao Projeto como voto de confiança a gestão. O vereador Josivan Rodrigues questionou aumento de gastos na gestão; Ampliação de cargos comissionados; Prioridades administrativas (eventos vs. serviços essenciais); Endividamento do município. Cobrou: Redução de despesas; Cumprimento de promessas (ex: UPA na Colônia 13). Destacou: Respeito pessoal ao Prefeito; Separação entre críticas políticas e relação pessoal. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Amilton Fontes, que saudou a todos e ao Senhor Prefeito, destacando a importância de sua presença na Casa.

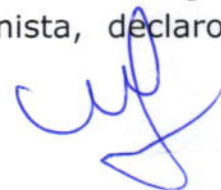


Informou, contudo, que não havia sido previamente comunicado acerca da realização da votação e da visita do chefe do Executivo, motivo pelo qual possuía compromisso médico previamente agendado. Diante disso, solicitou ao Presidente que, se possível, fosse antecipada a votação das matérias em pauta, permitindo sua participação antes de se ausentar. Vereador Carlos José: Manifestou preocupação com a ausência de investimentos em sua região, especialmente entre o Quilombo e Olhos d'Água. Destacou demandas antigas, como a ampliação do cemitério do Carcará, construção de quadra poliesportiva, implantação de CRAS, melhorias no posto de saúde, retorno de ambulância, implantação de centro odontológico e cobertura da quadra de Olhos d'Água. Ressaltou a necessidade de maior atenção do Executivo às comunidades citadas. Vereador Fernando Moura: Saudou os presentes e afirmou que, embora inicialmente fosse contrário ao projeto, passou a confiar nas propostas apresentadas pelo Prefeito. Destacou necessidades do povoado Jenipapo, como construção de praça, melhorias em saúde e infraestrutura, além da importância de investimentos em educação, incluindo reformas e climatização das escolas. Declarou voto favorável ao projeto. Vereador José Cosme: Parabenizou o Prefeito pela iniciativa de apresentar projetos à Casa e manifestou apoio à gestão, declarando voto favorável às matérias apresentadas. Vereador Antonio Carlos: Destacou a importância da implantação da Casa do Autista no município, ressaltando o impacto positivo para famílias. Agradeceu também por obras em andamento, como pavimentações e construção de praças, especialmente no povoado Fuzue, reconhecendo o atendimento de suas indicações. Vereador Gilberto de Santana: Solicitou maior atenção às demandas do povoado Jenipapo, citando problemas estruturais antigos, como quadra esportiva, praça de eventos e infraestrutura urbana. Ressaltou a necessidade de resolução de problemas herdados de gestões anteriores. Vereador Jose Carlos: Agradeceu pelas ações realizadas na região do Alto da Boa Vista, mas solicitou novas intervenções, como construção de UBS, creche, campo de futebol e melhorias em infraestrutura urbana, destacando o crescimento populacional da região. Vereador Josivaldo Alves solicitou inclusão de pessoas com deficiência em projetos municipais, especialmente em centros de capacitação e no CIE. Defendeu a criação de um centro de atendimento especializado e a construção de sede para equoterapia. Também sugeriu estudos para implantação de clínica escola. Vereadora Livia Menezes: Elogiou a presença do Prefeito na Casa e a abertura ao diálogo. Agradeceu por demandas atendidas, como reformas, calçamentos e melhorias na saúde. Destacou ações como revitalização de espaços públicos, implantação da Casa do Autista e políticas para causa animal, além de solicitar continuidade de investimentos em praças e infraestrutura. Vereadora Manoela Souza: Parabenizou o Prefeito pela aproximação com o Legislativo. Cobrou atenção à região de Olhos d'Água, incluindo cobertura de quadra, construção de creche e implantação de espaços de lazer. Ressaltou a importância de políticas voltadas ao autismo e destacou ações já iniciadas pela gestão. Também abordou a questão do regime de urgência em projetos. Vereador Marcelo do Nascimento: Parabenizou o Prefeito pela gestão e pelas ações sociais, destacando a distribuição de alimentos à população. Ressaltou a importância do diálogo com o Executivo e afirmou que apresentará outras demandas em momento oportuno. Vereador Josivan Rodrigues: Manifestou preocupação com a condução dos trabalhos legislativos e a limitação de fala da minoria. Defendeu o direito



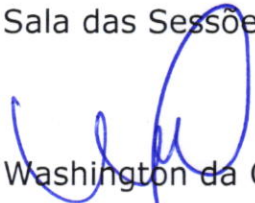
de manifestação dos vereadores e destacou que projetos em benefício da população devem ser analisados com responsabilidade. Criticou a condução da sessão e reforçou a importância do respeito às prerrogativas parlamentares. Defendeu a importância da oposição no processo democrático, ressaltando que continuará exercendo seu papel fiscalizador. Afirmou que vota favoravelmente a projetos que beneficiam a população, mas não concede "cheque em branco" ao Executivo, destacando a necessidade de responsabilidade na gestão pública. Vereadora Fabiana da Costa: Saudou o Prefeito e reforçou demandas de sua comunidade, como melhorias em estradas, iluminação pública e funcionamento de programas sociais. Questionou o andamento do CREAS, o cumprimento do TAC e a situação do PCCV, especialmente quanto ao congelamento e à falta de profissionais em escolas e serviços públicos. Declarou voto contrário a determinado projeto, justificando que o município possui aumento de arrecadação e recursos oriundos de emendas parlamentares, entendendo que novos empréstimos devem ser avaliados com cautela para evitar endividamento futuro. O prefeito retomou a palavra e dirigiu-se ao vereador Josivan Rodrigues esclarecendo que sua atuação na vida pública nunca se deu por meio de imposição, força ou ameaça, mas sim pelo diálogo, respeito e busca de entendimento. Destacou que sua postura administrativa é pautada na humildade e no compromisso com o serviço público, afirmando que sempre procura atender às demandas que lhe são apresentadas de forma legítima e respeitosa, colocando-se como um gestor que prioriza servir à população. No tocante ao projeto de lei em discussão, explicou a urgência na sua tramitação, relatando reunião realizada na sexta-feira anterior com o gerente do Banco do Brasil, ocasião em que foi informado sobre a limitação dos recursos disponíveis em linhas de crédito para municípios. Ressaltou que há concorrência entre diversas prefeituras e que a celeridade no envio e aprovação do projeto seria fundamental para garantir o acesso ao financiamento. Informou que, diante da necessidade, entrou em contato com a Presidência da Casa Legislativa para solicitar a tramitação do projeto, destacando que toda a equipe técnica trabalhou intensamente para a elaboração dos estudos necessários, os quais ficaram prontos no mesmo dia do envio. Enfatizou que não houve imposição, mas sim a necessidade administrativa de cumprir prazos para assegurar recursos importantes para o município. Esclareceu ainda que a operação de crédito terá prazo de até dez anos para amortização, com período de carência entre um e três anos, possibilitando ao município investir em infraestrutura e melhorias com planejamento e responsabilidade fiscal. Em relação à área da saúde, abordou a situação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do atendimento 24 horas na Colônia 13, lembrando que, em gestões anteriores, o serviço permaneceu fechado por aproximadamente seis anos, sendo reativado apenas nos meses finais da administração passada. Destacou que sua gestão já trabalha para ampliar e qualificar os serviços, determinando a reorganização estrutural da unidade, com a separação entre atendimento de urgência e serviços do Programa de Saúde da Família (PSF). Anunciou que estabeleceu como meta, até o mês de julho, a ampliação e reforma das unidades de saúde da Colônia 13, Brasília e Jenipapo, com a implantação de novos serviços, incluindo exames de ultrassonografia, raio-x e atendimento com especialistas, visando oferecer à população serviços de maior qualidade e resolutividade. O Prefeito reconheceu a existência de falhas na administração pública, ressaltando a importância de identificá-las e corrigi-las com

responsabilidade, afirmando que não se pode permitir a continuidade de erros. Citou como exemplo situações de falha na distribuição de medicamentos, destacando a necessidade de melhoria na comunicação e na gestão interna dos estoques. Também mencionou dificuldades enfrentadas no final do ano anterior, em razão da paralisação de fornecedores, o que ocasionou atrasos na entrega de medicamentos. Contudo, afirmou que a situação vem sendo regularizada e que os avanços na área da saúde poderão ser comprovados por meio de dados oficiais do Ministério da Saúde. Destacou ainda a ampliação do número de profissionais de saúde, informando que, em algumas unidades, o número de médicos foi triplicado, além da implantação de atendimento odontológico no período noturno, até às 22 horas, como forma de ampliar o acesso da população aos serviços. Ao final, o Prefeito ressaltou a importância do respeito entre os poderes e entre os parlamentares, afirmando que as críticas são legítimas quando feitas de forma respeitosa e construtiva. Reforçou seu compromisso com o diálogo institucional e convidou todos os vereadores, independentemente de posição política, a participarem das futuras inaugurações das obras, destacando que o objetivo comum deve ser o desenvolvimento do município de Lagarto. O prefeito se comprometeu a comparecer mensalmente à Câmara; Prestação de contas periódica; Abertura ao diálogo com vereadores. Dando seguimento a sessão o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 16/2026. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 1.274/2025, que institui a campanha IPTU Premiado no Município de Lagarto. Discussão: Fez uso da palavra o Vereador Josivan Rodrigues, que iniciou destacando sua preocupação com a gestão dos recursos públicos, mencionando a condução administrativa do Executivo. Durante sua fala, houve momentos de tensão com a Presidência, ao reivindicar respeito à minoria e ao direito de manifestação parlamentar. Ressaltou ainda que projetos em regime de urgência sempre existiram em gestões anteriores, defendendo a coerência nos debates. Votação: Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 16/2026 foi aprovado por maioria, com voto contrário do Vereador Josivan Rodrigues. Projeto de Lei nº 17/2026. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil. Discussão: Vereador Josivan Rodrigues: Defendeu o respeito ao direito de fala dos parlamentares e à atuação da oposição. Ressaltou que já votou favoravelmente a diversos projetos da gestão, mas reforçou que não concederá "cheque em branco", defendendo a fiscalização e o equilíbrio democrático. Vereadora Fabiana da Costa: Declarou voto contrário, justificando que o município já apresenta aumento de arrecadação, especialmente com o IPTU, além de contar com emendas parlamentares. Defendeu cautela para evitar endividamento futuro. Vereador Marcelo do Nascimento: Manifestou voto favorável, destacando o crescimento do município. Reforçou a importância do respeito entre os parlamentares e afirmou independência em seu posicionamento. Vereadora Manoela Souza: Votou favoravelmente, destacando que o projeto representa investimento planejado e dentro da responsabilidade fiscal, além de enfatizar a transparência da gestão atual. Vereador Josivaldo Alves: Também votou a favor, ressaltando que empréstimos são instrumentos comuns na administração pública e que os recursos contribuirão para o desenvolvimento do município. Vereador José Cosme: Declarou voto favorável após diálogo com o Prefeito, mencionando investimentos previstos para sua região, incluindo obras de drenagem e infraestrutura. Vereador Fernando Moura: Mesmo sendo opositor, declarou voto favorável,



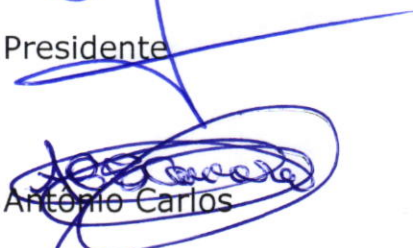
destacando confiança nas propostas apresentadas, mas afirmando que fará cobrança rigorosa quanto à execução. Vereador Anderson Silva: Votou a favor, ressaltando os benefícios das obras para diversas regiões do município e elogiando a transparência da gestão. Vereador Carlos Eduardo: Inicialmente inclinado ao voto contrário, mudou seu posicionamento após esclarecimentos do Executivo, votando favoravelmente como gesto de confiança, condicionando à fiscalização futura. Vereador Antônio Carlos: Manifestou voto favorável, destacando melhorias na qualidade de vida da população. Vereadora Lívia Menezes: Votou a favor, ressaltando avanços da gestão, investimentos realizados e a normalidade de projetos de crédito e urgência no âmbito legislativo. Votação: Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 17/2026 foi aprovado por maioria, com votos contrários dos Vereadores Josivan Rodrigues e Fabiana da Costa. Requerimento nº 55/2026 de Aatoria: Mesa Diretora. Ementa: Retirada de pauta do Projeto de Lei nº 18/2026 (concessão de contribuição ao Lagarto Futebol Clube). Votação: O requerimento foi aprovado por unanimidade, ficando o referido projeto retirado de pauta para adequações. Foi realizada a leitura de convite do Ministério Público para audiência pública a ser realizada no dia 07 de abril de 2026, às 09h, no Fórum Desembargador Epaminondas da Silva Andrade, com objetivo de debater temas de relevante interesse social e econômico. Não houve oradores inscritos no GRANDE EXPEDIENTE. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a sessão, convocando a próxima sessão ordinária para terça-feira, no horário regimental.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lagarto – SE, 31 de março de 2026.



Washington da Cruz

Presidente



Antônio Carlos

1º Secretário